

# COMISSÃO PERMANENTE NACIONAL DE SEGURANÇA E ENERGIA ELÉTRICA

## ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA

**Local:** São Paulo - SP

**Data:** 29 e 30 de outubro de 2012

**Hora:** 13:00 hs às 18h00 hs

**Participantes:** Aguinaldo Bizzo (Força Sindical), João José Magalhães Soares (ABRADEE), Luiz Carlos Lumbreras Rocha (SRTE/RJ), José Manoel Teixeira (UGT), Jesus Francisco Garcia (CUT), Washington A. dos Santos (UGT), Luiz Carlos de Miranda Júnior (CPFL Energia/CNI), Rodrigo Vieira Vaz (MTE/SP), Fabio Henrique Padua (CUT), Silvio Piroli (AMES).

### 1º DIA

\*\*\*\*\*

Iniciada a Reunião, Lumbreras discorreu a respeito da composição da CPNSEE, que sofrerá algumas alterações, as quais deverão ser comunicadas pelas bancadas até a próxima reunião, com antecedência de trinta dias da mesma. Lembrou, ainda, a aposentadoria do colega Jorge Reis, que será substituído. Informou sobre as ausências justificadas de Edna e Castelar.

Passou-se a apresentação dos convidados, Rodrigo, pelo MTE; Fabio, pela Bancada dos Trabalhadores e Silvio Piroli, pela Representação dos Empregadores. Após dada as boas vindas, foi lembrado que os consultores de cada bancada deverão ser informados com antecedência mínima de 20 dias, bem como os eventuais convidados.

Maradona registrou os avanços alcançados na gestão da Secretária Vera e do Diretor Rinaldo a frente da SIT e do DSST nos últimos dois anos. Jesus lembrou o diálogo e a abertura que foi proporcionada à participação dos trabalhadores em todas as esferas na SIT, bem como a defesa pessoal da Secretária quanto ao processo de terceirização em condições dignas. Convalidado por Miranda, que parabenizou o trabalho desenvolvido pela Secretaria, em especial o DSST nos últimos dois anos, durante o qual foi impressa uma velocidade não vivenciada nos momentos históricos recentes, como na construção da NR-35, que atendendo a um anseio da sociedade, respondeu em tempo recorde a esta demanda e, de forma inédita, chegou a publicação de uma norma juntamente com o manual explicativo, servindo de referência para as demais normas.

Foram comentadas por Lumbreras e Rodrigo as alterações ocorridas na Secretaria de Inspeção, com alteração do Secretário e futuras alteração nas direções dos Departamentos. Os votos dos representantes das bancadas é de que seja dada continuidade aos trabalhos em andamento e de que possam ser aprimorados os mecanismos de inspeção e de construção normativa em Segurança e Saúde.

Passando ao primeiro item da pauta, que trata da avaliação de impacto das questões de Segurança e Saúde do Trabalhador em virtude da Medida Provisória n. 579, de 11 de setembro de 2012, que dispõe, dentre outros temas, sobre a modicidade tarifária do setor de energia elétrica (revisão tarifária e redução de tarifa). Maradona informa a preocupação com o impacto da MP 579, principalmente, a partir do relatado na imprensa sobre a demissão de trabalhadores do setor. João José informou que há diversas incertezas neste modelo de negócio do setor elétrico, destacando a necessidade de revisar a operacionalização de algumas usinas do aglomerado das concessionárias. Jesus acrescentou que esta avaliação de impacto deve abordar de forma clara as questões de SST, que não foram tratadas na MP 579. Miranda reforça que a MP não avalia as questões de SST e manifesta a preocupação de que seja

garantida a evolução da proteção da SST no setor elétrico. Maradona sugere que a comissão elabore um documento consolidando a preocupação sobre o impacto na SST em virtude da MP 579, Lumberas reforça que tal documento pode ser elaborado e encaminhado para o DSST e para a SIT. Portanto, ficou definido que a Comissão elaborará tal documento no final deste primeiro dia de reunião.

Como segundo item da pauta, a habilitação, capacitação e autorização dos trabalhadores do Setor, item afeto à Subcomissão de Treinamento. Maradona comentou sobre a necessidade de se abordar a qualidade dos treinamentos devendo retomar os trabalhos da Subcomissão, com foco na precarização por que vem passando o Setor, com reflexos na realização do treinamento. Bizzo, complementando, abordou a necessidade de esclarecer a abrangência do treinamento do SEP, como, por exemplo, a necessidade de incluir nesse módulo o treinamento dos trabalhadores que fazem a limpeza de faixa, pedreiros etc, bem como elucidar as situações de cabimento do treinamento de mudança de empresa.

Miranda abordou a dificuldade e as realidades existentes no país para realização do treinamento, devendo retomar a discussão não consensada de quem pode ministrá-lo, que não necessariamente deveria estar vinculada ao possuidor de registro no Conselho a proficiência de quem pode apresentar os conteúdos. Ressaltou que deve ser diferenciado do Profissional Legalmente Habilitado, que consiste em quem assina o certificado e é responsável pela qualidade, conteúdo e adequação do treinamento realizado. Reforçando a necessidade de elaborar um documento que enfatize as circunstâncias e problemas encontrados no treinamento.

Bizzo complementou a necessidade do instrumento a ser produzido abordar os cursos já previamente formatados e não voltados para a realidade das empresas, da mesma forma que a condução de cursos a distância.

João retomou ao posicionamento adotado, mas não consensado, de que somente profissionais de nível superior poderiam ministrar os treinamentos em turmas com profissionais de nível técnico e/ou superior, discordando, entendendo que deveria ser revisto pela Subcomissão. Maradona lembrou que a última reunião da Subcomissão foi realizada em 30 e 31 de agosto de 2010 e as decisões não foram consensadas. Foi acordada a necessidade de reestruturação da Subcomissão e retomada dos trabalhos. Miranda sugeriu que seja produzido um material sob a forma de um comunicado, trazendo a baila os principais problemas, respondendo os questionamentos e orientando a implementação, consolidando o entendimento da CPNSEE.

Deliberada a reestruturação, foram definidos os componentes da Subcomissão de Treinamento:

Pela bancada do Governo: Rodrigo e

Pela bancada os Trabalhadores: Teixeira e Bizzo,

Pela bancada dos Empregadores: Frederico Prestupa Neto da CPFL e Raul Costa Pessoa da CEMIG.

## **2º DIA**

\*\*\*\*\*

Retomada a reunião, terceiro item da pauta, medidas de proteção individual (Portaria SIT 327/12), Lumberas passou a fazer um relato sobre os trabalhos desenvolvidos pela Subcomissão de Vestimentas, que resultaram, além de outras conclusões e após a visita aos laboratórios no Canadá e EUA, a prorrogação da aceitação dos resultados dos Laboratórios de Alberta e Carolina do Norte por mais seis meses, conforme disposto na Portaria 327. Miranda entende que, em função do cenário atual, seria improvável a criação de um laboratório nacional nos próximos anos, e esta prorrogação deveria ser mais dilatada, sob pena de novas portarias com o mesmo objeto.

João, convalidando a fala de Miranda, acrescentou ser improvável a criação de um laboratório dedicado aos ensaios para vestimentas e que este só seria justificado se atrelado a trabalhos no meio universitário.

Maradona questionou a sistemática atual, pois entende que não tem garantida a confiabilidade dos equipamentos, haja vista que, no seu entendimento, os resultados têm demonstrado a inadequação dos equipamentos certificados. Acrescentou que deveria ser criado urgentemente uma estrutura nacional para ensaiar esses equipamentos, possibilitando o acompanhamento e a certificação no país, como, por exemplo, na Fundacentro. Miranda, discordando da fala de Maradona no que diz respeito aos ensaios realizados no exterior, afirmou que muitos dos ensaios observados nas viagens realizadas convalidaram a proteção dos equipamentos utilizados e serviram para balizar o aprendizado e nortear boas práticas, como a não utilização de roupas de algodão por baixo da roupa FR e a maneira de utilização das vestimentas impermeáveis ou das capas 7/8. Miranda entende que a criação do laboratório nacional pode não ser viável, o que tem postergado as decisões dos grandes grupos nesse intento, mas acha que deveria ser privilegiado o desenvolvimento da produção nacional do tecido. Continuando a fala, Miranda entende que devemos, como feito anteriormente no manual explicativo, divulgar o conhecimento acumulado pela comissão e dar continuidade aos trabalhos, que tem conduzido a resultados positivos em diversos momentos na proteção dos trabalhadores e que muitos dos eventos indesejáveis se fundaram em utilização de barreiras não efetivas e não necessariamente no desempenho da vestimenta em tese.

Jesus sugere um encaminhamento no sentido de dar continuidade aos trabalhos da Subcomissão, se necessário integrando por outros componentes para dar suas contribuições. Miranda, reforçando a ideia de Jesus, concorda com o encaminhamento e acrescentou que a comissão deveria avançar na proteção facial e na proteção com vestimentas impermeáveis, em função dos resultados da última visita realizada aos laboratórios.

Maradona, convalidando o posicionamento dos demais, concordou, mas sugeriu alguns ajustes na condução dos trabalhos, em função de resultados desfavoráveis de algumas vestimentas ensaiadas. João, relatando os resultados obtidos no Cepel em determinado momento, reforça a ideia do avanço alcançado para o setor pela Subcomissão e das incertezas envolvidas na especificação deste equipamento e que somente a continuidade dos estudos pode levar ao avanço pretendido. Bizzo, não olvidando o que foi exposto, acrescentou a necessidade de atuação, não somente no estudo e especificação dos equipamentos de proteção, mas na implementação de barreiras antes da sua utilização, como na concepção das instalações elétricas.

Lumbreras, resumindo os encaminhamentos, primeiramente que seja sugerido a postergação da aceitação dos laboratórios previstos na Portaria 121 por mais doze meses e, adicionalmente, que sejam continuados os trabalhos da Subcomissão de vestimentas, que passará a funcionar com dois representantes de cada bancada e um consultor, com os seguintes elementos:

Pela Bancada de Governo: Representantes Lumbreras e Rodrigo, Como Consultor Barrico.

Pela Bancada de Trabalhadores: Maradona e Teixeira, como consultor Bizzo.

Pela Bancada dos Empregadores: Miranda e Elizabeth, o consultor ainda a ser definido.

Inserido o item 04 da pauta que se refere a Fiscalização das empresas, na abertura do tema foi exposto por Rodrigo as modalidades de fiscalização: análises de acidentes do trabalho e as planejadas, ressalta que para a análise de acidente do trabalho é importante ter a informação do acidente o quanto antes, para tanto foi proposta uma parceria entre as bancadas para informar os acidentes que ocorram no setor para o MTE. Miranda informa que as empresas já cumprem as obrigações legais de informar ao INSS as Comunicações de Acidente do Trabalho (CAT), bem como informações a agência estadual. Rodrigo informa que para o trabalho planejado da fiscalização é necessário identificar as empresas,

elaborar um protocolo de fiscalização, treinamento do corpo de Auditores Fiscais do Trabalho e colocá-los em prática, mediante a auditoria dos processos em campo e, para finalizar, informa que não há um projeto fiscal no MTE voltado para o setor elétrico. Jesus comenta que a CPNSEE já fez um início de discussão sobre a fiscalização das empresas para nortear a fiscalização do MTE, ainda ressalta que deveria haver uma fiscalização entre empresas terceirizadas para chamar a atenção sobre a continuidade da aplicação da NR 10 e gostaria de retomar a proposta feita anteriormente pela CPNSEE. Bizzo ressalta as situações de outras regiões do Brasil e a dificuldade de aplicação da NR 10. Miranda informa que compete ao MTE a fiscalização da norma NR 10 e não cabe a bancada dos empregadores estipular critérios para intervir na responsabilidade de fiscalizar do MTE, mas aponta como sugestão a necessidade de se fazer uma análise inicial dos acidentes de origem elétrica. Por fim, o governo informa que realizará um estudo dos dados das CAT de 2011, com foco nos acidentes de origem elétrica, independente de setor econômico e apresentará na próxima reunião da CPNSEE.

Próximo item da pauta, as propostas de revisão da NR10, Bizzo sugere que sejam considerados no plano de trabalho as discussões da sinalização e utilização de cores e o estabelecimento de limites de aproximação segura. Foi deliberada a realização de apresentação sobre esses temas na próxima reunião, a cargo de Bizzo e do engenheiro convidado, Catelani.

Miranda lembrou outro tema, que considera fundamental para a bancada dos empregadores, que se refere ao trabalho realizado isolado, afirmando que considera extremada a condição da norma e que, inclusive, repercute na lógica aplicada na inspeção. Teixeira expôs a outra face do problema, que é o descumprimento por parte das empresas deste item. Bizzo, reforçando os posicionamentos anteriores, entende que a questão deve ser abordada de forma sistemática na norma, considerando os riscos adicionais. O grupo, se retomado, deve seguir uma nova composição. Jesus entende que essa não é a prioridade da bancada dos trabalhadores, que é o do cumprimento da norma.

Passada a deliberação decidiu-se a retomada da Subcomissão de trabalho individual, cujos integrantes serão apresentados na próxima reunião.

Jesus propôs a retomada dos trabalhos de revisão do manual da NR10, ponderado por Miranda de que não possuiríamos pernas para conduzir neste momento este trabalho, em função principalmente da retomada dos trabalhos das demais Subcomissões. Foi deliberada a inclusão do Manual como tema a ser abordado no plano de trabalho para o próximo ano, sem o estabelecimento, no momento, de metas e grupo específico para conduzi-lo.

Passou-se a discutir o plano de trabalho para 2013, que terá como ações a continuidade dos trabalhos da Subcomissão de Vestimentas, com primeira reunião agendada para o dia 04 de fevereiro em Campinas na CPFL. Segundo ponto a retomada da Subcomissão de Treinamento, com reuniões agendadas para SP na Federação Nacional dos Engenheiros em 05 e 06 de fevereiro e 18 e 19 de março. A Subcomissão de Trabalho Individual terá seu plano de trabalho estabelecido na próxima reunião da CPNSEE, assim como a incorporação de novas demandas de revisão da NR-10. As próximas reuniões da CPNSEE foram assim agendadas:

07 e 08/03/2013 – SP em local ser definido

09 e 10/05/2013 – DF na Sede da CNI

08 e 09/08/2013 – SP na FNE

07 e 08/11 – RJ em local a ser definido.

Às 15h foi encerrada a reunião.